

Bancada governista no Senado ameaça acordo sobre rolagem de dívidas

por Adriana Vasconcelos
de Brasília

O acordo firmado entre o PMDB e o governo, que possibilitou na quarta-feira passada a aprovação, na Câmara, do projeto de lei que consolida a rolagem da dívida de US\$ 70 bilhões contraída até 30 de setembro deste ano por estados e municípios, corre o risco de ser quebrado agora no Senado. O governo deparou ontem com uma rebelião dentro de sua bancada de senadores, que respaldada pelo PDT, PSDB, PDC e PTB, acabou por adiar para hoje a votação, no Senado, das propostas de rolagem das dívidas estaduais e municipais, no ajuste fiscal, do Finsocial e do aumento do funcionalismo público federal.

Durante a tarde de ontem, o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, acompanhado pelo secretário executivo do Ministério da Economia, Luiz Antonio Gonçalves, do secretário Nacional da Fazenda, Luiz Fernando Wellish, e do diretor do Departamento do Tesouro Nacional, Roberto Figueiredo, esteve no Senado na tentativa de contornar o impasse criado. De um lado, o PMDB exigindo



Marco Maciel

a votação da rolagem das dívidas dos estados e municípios, e do outro, parte dos senadores governistas contrários ao acordo com o PMDB.

Em conversa com o líder do PMDB no Senado, Humberto Lucena (PB), o ministro Passarinho chegou a perguntar se a bancada peemedebista poderia abdicar da votação da proposta da rolagem das dívidas estaduais e municipais. A resposta veio rápida de Lucena: "Houve um acordo político entre o PMDB e o governo. Acharmos que esse entendimento deve ser hon-

rado pelas duas partes". Até o início da sessão de hoje no Senado, prevista para começar às 9 horas, o governo tentará reunir um quórum mínimo que possibilite a aprovação do projeto de rolagem das dívidas dos estados e municípios e, assim, cumprir sua parte no acordo com o PMDB. O senador Lucena garantiu ontem à noite que colocará hoje em plenário 25 dos 27 senadores de sua bancada. "Faltarão apenas 16 senadores para atingirmos o quórum necessário. O governo tem condições de completar o quórum. Tudo dependerá de sua vontade política."

Ontem tanto o PMDB como o líder do governo no Senado, Marco Maciel (PE), reconheciam o quórum baixo para a votação do projeto de rolagem das dívidas dos estados e municípios, com apenas 40 senadores em plenário, um a menos do que o necessário para o quórum mínimo. Maciel, no entanto, lembra que apenas 41 senadores em plenário inviabilizariam a votação do projeto, "isso porque a oposição poderia facilmente obstruir os trabalhos". Ele acredita que a saída para o impasse

passa necessariamente por um entendimento. Outra possibilidade é a de o governo editar uma Medida Provisória para o ajuste fiscal. Em reunião de líderes ontem pela manhã, o Senado optou por não votar este ano o projeto de resolução que fixará os limites de comprometimentos das receitas líquidas dos estados e municípios nos próximos anos com o pagamento das dívidas, de 11% em 1992 e a partir daí de 15%. O projeto só deverá ser apreciado em fevereiro e representa um requisito fundamental para que os estados e municípios possam assinar seus contratos de rolagem.

Os senadores Fernando Henrique Cardoso (PSDB/SP), Maurício Corrêa e Afonso Camargo (PTB/PR) prometem hoje tentar barrar a votação do projeto de rolagem por considerá-lo inconstitucional e de competência exclusiva do Senado. Essa é a mesma posição do senador Esperidião Amin (PDS/SC), que ontem à noite anunciava que 12 senadores haviam retirado suas assinaturas do requerimento de urgência urgentíssima do projeto de rolagem.